

de Dezembro de 2002 e 18 de Dezembro de 2002 e 15 de Setembro de 2003, com exclusão das férias judiciais.

7 de Abril de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

Despacho n.º 8985/2005 (2.ª série). — Nos termos das disposições conjugadas dos n.ºs 4 e 6 do artigo 63.º do Estatuto aprovado pela Lei n.º 47/86, de 15 de Outubro, na redacção dada pela Lei n.º 60/98, de 27 de Agosto, e na sequência de informação nesse sentido da Procuradoria-Geral da República, autorizo o abono de um quinto do vencimento à licenciada Maria Manuela Cruz Manso, procuradora da República no 1.º Juízo Liquidatário do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, por acumulação destas funções com as de procuradora da República nos Tribunais Administrativos e Fiscais de Coimbra e de Leiria, no período compreendido entre 5 de Janeiro e 20 de Junho de 2004, com exclusão das férias judiciais.

7 de Abril de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

Despacho n.º 8986/2005 (2.ª série). — Nos termos das disposições conjugadas dos n.ºs 5 e 6 do artigo 68.º e do n.º 2 do artigo 69.º, ambos da Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro, atento o parecer favorável do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, autorizo a remuneração de um quinto do vencimento ao licenciado Mário João Canelas Brás, juiz de direito actualmente em exercício de funções no Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, por acumulação das funções como juiz de direito no Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Évora com as de juiz de direito no Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Faro, no período compreendido entre 15 de Setembro e 31 de Dezembro de 2003, com exclusão das férias judiciais.

7 de Abril de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

Despacho n.º 8987/2005 (2.ª série). — Nos termos das disposições conjugadas dos n.ºs 5 e 6 do artigo 68.º e do n.º 2 do artigo 69.º, ambos da Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro, atento o parecer favorável do Conselho Superior da Magistratura, autorizo a remuneração de dois quintos do vencimento à licenciada Micaela Marisa da Silva Sousa, juíza de direito do 4.º Juízo Cível do Tribunal Judicial do Funchal, por acumulação destas funções com as de juíza de instrução criminal na área da comarca do Funchal, no período compreendido entre 1 de Outubro de 2003 e 15 de Abril de 2004.

7 de Abril de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

Despacho n.º 8988/2005 (2.ª série). — Nos termos das disposições conjugadas dos n.ºs 5 e 6 do artigo 68.º e do n.º 2 do artigo 69.º, ambos da Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro, atento o parecer favorável do Conselho Superior da Magistratura, autorizo a remuneração de dois quintos do seu vencimento à juíza de direito licenciada Maria Judite Vale Ribeiro da Fonseca Santos pelo exercício, em regime de acumulação, das funções de juíza de direito de 2.º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca do Funchal com as de juíza de instrução criminal no mesmo Tribunal, no período compreendido entre 1 de Outubro de 2003 e 13 de Abril de 2004, com exclusão das férias judiciais.

8 de Abril de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

Gabinete do Secretário de Estado da Justiça

Despacho n.º 8989/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio a licenciada Diana Ettner para exercer as funções de adjunta do meu Gabinete, com efeitos a partir de 4 de Abril de 2005.

2 — Fica ainda a licenciada Diana Ettner autorizada a beneficiar das excepções previstas nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 196/93, de 26 de Maio.

7 de Abril de 2005. — O Secretário de Estado da Justiça, *João Tiago Valente Almeida da Silveira*.

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Despacho n.º 8990/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de 17 de Março de 2005:

Venância Pavia Sardinha Cardoso, primeira-ajudante da Conservatória do Registo Predial do Barreiro — deferido o pedido de cessação do destacamento que vinha exercendo nos serviços centrais desta Direcção-Geral, com efeitos a contar de 18 de Março de 2005, regressando ao seu serviço de origem. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

6 de Abril de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 8991/2005 (2.ª série). — Por despacho de 6 de Abril de 2005 do director-geral:

Licenciada Esmeralda Maria Alves da Rocha, conservadora dos Registos Civil e Predial de Cinfaes — autorizada a prorrogação da requisição nos serviços centrais desta Direcção-Geral, pelo período de um ano, com efeitos a contar de 12 de Maio de 2005. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

8 de Abril de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 8992/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, determino o destacamento de José Alfredo Heliodoro Marques Varela, motorista de ligeiros do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, para exercer funções de motorista do meu Gabinete.

12 de Março de 2005. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Secretaria-Geral

Aviso n.º 4340/2005 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto na Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto, publica-se a listagem dos benefícios concedidos pelo Instituto Nacional de Habitação durante o 2.º semestre de 2004:

(Unidade: euros)

Entidade decisora	Data da decisão	Entidade beneficiária	Montante
INH	8-7-2004	Maria Manuela M. de Magalhães	25 677,60
INH	12-7-2004	Micaela Lopes Varela	26 602
INH	13-7-2004	MATÉLIA	15 826,59
INH	15-7-2004	Eduardo Santos Varela	26 587
INH	15-7-2004	Venceslau Cruz Baía Nascimento	25 677,60
INH	16-7-2004	João Fernandes Ramos	26 602
INH	19-7-2004	João Carlos P. F. Constâncio	26 602
INH	19-7-2004	Pedro Manuel P. F. Constâncio	26 602
INH	22-7-2004	A. Alves	31 374,44
INH	22-7-2004	António Varela	21 536,40
INH	22-7-2004	Arcângela Braga	39 377,62
INH	22-7-2004	Carlos Alberto Nunes Afonso	21 470,92
INH	22-7-2004	João Lopes Grácio	16 009,05

(Unidade: euros)

Entidade decisora	Data da decisão	Entidade beneficiária	Montante
INH	22-7-2004	Joaquim Carvalho da Costa	30 893,17
INH	22-7-2004	Maria do Carmo Oliveira	20 395,14
INH	22-7-2004	P. Portuguesa Congregação	16 266,11
INH	26-7-2004	Eliana Georgina S. Vidinhas	26 602
INH	30-7-2004	Diamantino José Marques	15 634,23
INH	30-7-2004	Diamantino José Marques	78 441,15
INH	30-7-2004	Eduardo Oliveira	24 408,82
INH	30-7-2004	João Carranca Vieira	19 998,64
INH	30-7-2004	José Manuel Almeida Santos	20 788
INH	30-7-2004	Pureza dos Anjos Rua	18 539,30
INH	31-7-2004	ENSUL, S. A.	16 976,68
INH	31-7-2004	Ferreiras & Magalhães	25 495,06
INH	31-7-2004	Ferreiras & Magalhães	57 751,75
INH	31-7-2004	MONDISOL/A. IMOVE/VILARLOMBO	31 101,59
INH	4-8-2004	Alfredo Oliveira	17 647,60
INH	12-8-2004	Aguinaldo Cravid Pires Santos	20 788
INH	16-8-2004	Maria de Fátima A. Sousa Castro	21 536,40
INH	16-8-2004	Rosa Amorim de Sousa e Castro	21 536,40
INH	19-8-2004	Rogério Paulo O. Cardoso	26 602
INH	20-8-2004	Deolindo da Silva	25 699,72
INH	20-8-2004	José Cabaço	25 903,55
INH	20-8-2004	Manuel Pereira	30 137,93
INH	20-8-2004	Maria José Lima Afonso e Costa	39 087,07
INH	20-8-2004	Pires & Cardoso, L. ^{da}	48 589,14
INH	20-8-2004	Salvador F. Tavares Amaro	28 234,67
INH	24-8-2004	Octávio da Veiga Cabral	25 677,60
INH	30-8-2004	Luís Lima Quaresma	27 064
INH	31-8-2004	Che União Silvense	24 574,47
INH	31-8-2004	ECOP, S. A./VALCHÃO — S. E. I., S. A.	19 863,72
INH	31-8-2004	Município de Vila Nova de Gaia	18 668,77
INH	31-8-2004	Ilda Nunes Correia Prata	17 307,59
INH	31-8-2004	Lúcia Odete F. V. A. M. Castro-Pro	20 261,38
INH	31-8-2004	Maria Branca Byrne	57 929,80
INH	31-8-2004	Maria Cristina Pereira	25 659,60
INH	9-9-2004	António Manuel da Costa Sousa	26 602
INH	10-9-2004	Eliza Maria Dias Varela	26 602
INH	15-9-2004	Agostinho Poço	19 039,99
INH	15-9-2004	Luís Lamas	16 584,28
INH	15-9-2004	Maria Luísa Xavier Cunha Vaz	15 755,36
INH	16-9-2004	André Horta Semedo	20 788
INH	20-9-2004	Isabel Maria Macedo S. Patrício	20 788
INH	20-9-2004	Maria Elsa Rodrigues Miranda	26 602
INH	23-9-2004	Virgílio Gomes	25 677,60
INH	30-9-2004	Che União Silvense	16 297,94
INH	30-9-2004	EDIFER, S. A.	89 619,17
INH	30-9-2004	EFIMÓVEIS, S. A./Ferreira, S. A.	24 732,78
INH	30-9-2004	SOMAGUE PMG/SOMAGUE ENG	29 047,49
INH	30-9-2004	SOMAGUE PMG/SOMAGUE ENG	47 303,65
INH	1-10-2004	Solange Marques Morais	40 176,83
INH	1-10-2004	União Industrial, L. ^{da}	38 417,30
INH	7-10-2004	Rolanda Pereira Aires	17 647,60
INH	11-10-2004	Luís José de Almeida Pinto	21 536,40
INH	14-10-2004	João da Cruz das Neves Cabral	20 788
INH	15-10-2004	António Meira	29 291,62
INH	15-10-2004	Germano, L. ^{da}	25 614,44
INH	15-10-2004	José Luís de Sousa	18 705,46
INH	15-10-2004	José Marques	18 149,40
INH	15-10-2004	Manuel Pereira	30 137,93
INH	15-10-2004	Maria Rosa Gonçalves Sande	30 975,89
INH	20-10-2004	Abílio Adriano Castro	26 602
INH	20-10-2004	Avelino Manuel Ramos	28 038,40
INH	21-10-2004	Hernâni Manuel F. de Carvalho	25 677,60
INH	22-10-2004	Alfredo Banete	20 788
INH	22-10-2004	Joãozinho da Silva	26 602
INH	28-10-2004	Manuel Socorro F. Afonso	26 602
INH	31-10-2004	Fundo Inv. IM., S. A./Fundo Const., S. A.	24 570,04
INH	1-11-2004	Diário Económico Soc. Publicações	41 650
INH	8-11-2004	José Júlio Mendes T. Semedo	21 536,40
INH	9-11-2004	Luís Semedo Mendes	21 536,40
INH	9-11-2004	Maria Albertina Dourado	26 602
INH	15-11-2004	Armando Gomes Martins	51 924,27
INH	15-11-2004	José Manuel da S. D. Gomes	26 602
INH	15-11-2004	Maria Lurdes Costa	18 223,17
INH	15-11-2004	ODIALVES, L. ^{da}	19 834,18
INH	29-11-2004	Ana Maria Monteiro	26 602
INH	29-11-2004	CECODHAS	30 000
INH	9-12-2004	Elisabete Laurinda A. B. T. Silva	21 536,40
INH	15-12-2004	Gregório Gomes Borges	26 602
INH	21-12-2004	Juvenal Alves Joaquim	21 536,40

(Unidade: euros)

Entidade decisora	Data da decisão	Entidade beneficiária	Montante
INH	23-12-2004	Albino Gomes	26 602
INH	31-12-2004	EFIMÓVEIS, S. A./Ferreira, S. A.	20 259,37
INH	31-12-2004	EFIMÓVEIS, S. A./Ferreira, S. A.	38 873,30
INH	31-12-2004	Hagen Imob./Soc. Const. Hagen, S. A.	72 627,16

11 de Abril de 2005. — A Chefe de Secção, *Maria Odete Almeida*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Aviso n.º 4341/2005 (2.ª série). — Por despachos de 29 de Março de 2005 do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte:

Elisabete Isabel Moreira Pereira e Luís António Rodrigues Fernandes — nomeados, após estágio, vigilantes da natureza de 2.ª classe do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Norte. (Não carecem de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Abril de 2005. — A Chefe da Divisão de Organização e Recursos Humanos, *Paula Freitas*.

Despacho (extracto) n.º 8993/2005 (2.ª série). — Por despacho do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte:

Fernando António Rodrigues de Moraes — rescindido o contrato administrativo de provimento, nos termos do artigo 4.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 470/99, de 6 de Novembro, e da alínea g) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho. A rescisão do contrato produz efeitos a partir do dia seguinte ao da sua publicação.

11 de Abril de 2005. — A Chefe de Divisão da DORH, *Paula Freitas*.

Departamento de Prospectiva e Planeamento

Aviso n.º 4342/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por despacho da directora-geral de 12 de Abril de 2005, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso, concurso interno geral de ingresso para provimento de um lugar de motorista de ligeiros do quadro de pessoal do Departamento de Prospectiva e Planeamento, constante do mapa 1 anexo à Portaria n.º 1223/95, de 10 de Outubro.

2 — Legislação aplicável:

Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho;
Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;
Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;
Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;
Decreto-Lei n.º 4/95, de 17 de Janeiro;
Código do Procedimento Administrativo.

3 — O concurso é válido apenas para o preenchimento do lugar em referência.

4 — Local de trabalho — o local de trabalho situa-se na Avenida de D. Carlos I, 126, 1249-073, Lisboa, onde funciona o Departamento de Prospectiva e Planeamento.

5 — Vencimento — o vencimento é o constante do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e do anexo do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários e agentes da Administração Pública.

6 — Funções a desempenhar — compete ao motorista de ligeiros conduzir viaturas ligeiras, cuidar da manutenção das viaturas, assegurando o bom estado de funcionamento e limpeza, executar tarefas elementares indispensáveis ao funcionamento dos serviços e participar superiormente anomalias verificadas nas viaturas.

7 — Métodos de selecção — os métodos de selecção a utilizar são os de prova de conhecimentos gerais, avaliação curricular e entrevista profissional de selecção.

8 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final incluindo a respectiva fórmula classificativa constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

9 — Em cumprimento do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, informa-se que a prova de conhecimentos gerais será escrita, com a duração de sessenta minutos e incidirá sobre os temas a seguir indicados, constantes do programa de provas aprovado pelo despacho n.º 13 381/99, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 162, de 14 de Julho de 1999, da Direcção-Geral da Administração Pública:

Conhecimentos ao nível das habilitações exigidas para ingresso na respectiva carreira, fazendo apelo aos conhecimentos adquiridos no âmbito escolar, designadamente nas áreas de português e de matemática, e aos resultantes da vivência do cidadão comum;

Regime de férias, faltas e licenças — Decretos-Leis n.ºs 100/99, de 31 de Março, alterado pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, 70-A/2000, de 5 de Maio, e 157/2002, de 11 de Maio;

Estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública — Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho, na redacção dada pela Lei n.º 25/98, de 26 de Maio; Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 393/90, de 11 de Dezembro, 204/91, de 7 de Junho, e 420/91, de 29 de Outubro; Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e Decretos-Leis n.ºs 102/2002, de 12 de Abril, e 70-A/2000, de 5 de Maio;

Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública — Decretos-Leis n.ºs 24/84, de 16 de Janeiro, e 413/93, de Dezembro;

Deontologia do serviço público — Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho, alterado pela Lei n.º 25/98, de 26 de Maio, Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro;

Atribuições e competências do Departamento de Prospectiva e Planeamento — Decreto-Lei n.º 4/95, de 17 de Janeiro.

A classificação da prova de conhecimentos será expressa na escala de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação final inferior a 9,5 valores.

10 — Requisitos de admissão:

10.1 — Requisitos gerais — os constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

10.2 — Requisitos especiais — possuir a escolaridade obrigatória e carta de condução de ligeiros.

11 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento de admissão ao concurso, dirigido à directora-geral e entregue pessoalmente na Secção de Expediente Geral do Departamento de Prospectiva e Planeamento, sito na Avenida de D. Carlos I, 126, 3.º, 1249-073 Lisboa, durante as horas normais de expediente, ou enviado pelo correio, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, para o mesmo endereço.

11.1 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade, termo da respectiva validade e serviço emissor, situação militar, quando for caso disso, residência, código postal, número de telefone e número de contribuinte);
- Habilitações literárias;
- Situação profissional (indicação da categoria detida, serviço a que pertence e natureza do vínculo);
- Declaração, sob compromisso de honra, de que possui os requisitos gerais de admissão a concurso e provimento em funções públicas previstos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- Habilitações profissionais;